

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

*INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU*

**CADERNO DE ENCARGOS**

**CONCURSO PÚBLICO**

**Nº 2/2013**

**Alienação de material lenhoso em pé da floresta na Quinta da Alagoa  
do  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU**

**Instituto Politécnico de Viseu**

Av<sup>ª</sup> Coronel José Maria Vale de Andrade,  
s/nº

Campus Politécnico

3504-510 VISEU – Portugal

Telefone: 232480700, Fax: 232480750

Email: [ipv@pres.ipv.pt](mailto:ipv@pres.ipv.pt)

**abril  
2013**



## Índice

### Disposições gerais

Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto

Cláusula 2.<sup>a</sup> - Requisitos gerais dos serviços a prestar

Cláusula 3.<sup>a</sup> - Prazo

Cláusula 4.<sup>a</sup> – Prestação dos serviços

Cláusula 5.<sup>a</sup> – Preço base do procedimento

Cláusula 6.<sup>a</sup> – Condições de pagamento

Cláusula 7.<sup>a</sup> – Outros encargos do adquirente

Cláusula 8.<sup>a</sup> - Penalidades por incumprimento

Cláusula 9.<sup>a</sup> - Sigilo

Cláusula 10.<sup>a</sup> – Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 11.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual

Cláusula 12.<sup>a</sup> – Resolução do contrato

Cláusula 13.<sup>a</sup> – Prevalência

Cláusula 14.<sup>a</sup> – Cláusula especial



**CONCURSO PÚBLICO Nº02/2013** – Alienação de material lenhoso em pé da floresta na Quinta da Alagoa do INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente procedimento tem por objeto a alienação de material lenhoso em pé da floresta na Quinta da Alagoa do Instituto Politécnico de Viseu, regendo-se pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro e pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, e subsidiariamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP, com as necessárias adaptações.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Requisitos gerais dos serviços a prestar**

1 – A alienação de material lenhoso em pé da floresta na Quinta da Alagoa do Instituto Politécnico de Viseu situada na Quinta da Alagoa, Estrada de Nelas, Ranhados, numa área aproximada de 1,7 hectares.

2 – Considera-se incluído no procedimento, além do respetivo abate, a preservação das restantes árvores em crescimento, a limpeza de todos os materiais sobrantes (com exceção dos cepos) e eventuais estragos, todos resultantes do abate, cortes, rechega, carga e transporte.

3- Inventariação do material lenhoso:

Classe d	Nº árvores	Diâmetro médio	Altura média
10	198	10,2	8,3
15	202	14,7	11,9
20	129	19,5	14,7
25	99	24,9	17
30	58	30	18,8
35	34	34,8	20,3
40	45	39,5	21,5
45	31	44,7	22,7
50	34	49,5	23,7
55	32	54,5	24,7
60	18	59,7	25,5
65	17	70,1	26,9

4- Esta inventariação apresentada é meramente indicativa, não vinculando o Instituto Politécnico de Viseu aos valores referidos. Os concorrentes deverão deslocar-se à floresta (+/- 1,7 hectares) em causa na Quinta da Alagoa para verificação in loco das quantidades reais e o respetivo reconhecimento da área.

4



### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor a partir da data da sua celebração pelo prazo de 3 (três) meses.

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### **Prestação dos serviços**

1 — A prestação dos serviços será efetuada de acordo com o referido na Cláusula 2.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.

2 — À medida que o material lenhoso vai sendo cortado e transportado para fora da Quinta da Alagoa, o prestador de serviço tem por obrigação de levar também todos os materiais sobrantes (com exceção dos cepos), sendo esta uma condição imprescindível para a continuidade do serviço.

### Cláusula 5.<sup>a</sup>

#### **Preço base do procedimento**

1 - O preço base global é de 5.000,00 € + Iva.

2 - O preço base é o preço mínimo que o instituto Politécnico de Viseu dispõe a aceitar pela alienação do material lenhoso objecto deste procedimento.

### Cláusula 6.<sup>a</sup>

#### **Condições de pagamento**

1 - Os pagamentos processar-se-ão em duas prestações e da seguinte forma:

- A primeira prestação, no valor de 50%, no ato da outorga do contrato;
- A segunda prestação, no valor de 50%, no dia anterior ao início do abate.

2 - As prestações serão liquidadas por transferência bancária ou através de cheque visado emitido à ordem do Instituto Politécnico de Viseu.

3 - No caso de transferência bancária esta deverá ser feita previamente para o NIB a fornecer pelo Instituto Politécnico de Viseu, devendo o adquirente apresentar o talão comprovativo da transferência.

### Cláusula 7.<sup>a</sup>

#### **Outros encargos do adquirente**

1 - O adquirente é considerado o único responsável nas seguintes situações:

- a) Pela reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos, causados a terceiros ou ao Instituto Politécnico de Viseu por motivos que lhe sejam imputáveis;
- b) Pelas indemnizações devidas a terceiros na constituição de servidões provisórias ou da ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução dos trabalhos;
- c) Por todos os prejuízos, causados à área florestal ou a terceiros, incluindo solos e linhas de água, decorrentes das operações objecto deste contrato;
- d) Pelos prejuízos causados na mata resultantes do incumprimento da retirada de todo o material lenhoso e produtos sobrantes, nomeadamente na manifestação de pragas e doenças no arvoredo circundante.

2 - São da conta do adquirente todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos.





3- É também da responsabilidade do adquirente:

- a) O cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste contrato, sendo da sua conta os encargos que daí resultem;
- b) Apresentar no início dos trabalhos ao técnico afeto à Unidade Orgânica responsável pelo acompanhamento do serviço, apólices de seguros contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal presente no local e de responsabilidade civil.

4 - Após a assinatura do contrato, quaisquer prejuízos resultantes de furto, deterioração ou sinistro que possam ocorrer nas árvores compradas, correm por conta do adquirente, sem que por isso possa vir a exigir, ao Instituto Politécnico de Viseu, indemnização alguma ou redução do preço do material comprado.

5 - O adquirente obriga-se a manter os muros, caminhos, incluindo valetas e outros, tal como eles estavam à data do início das operações de exploração, até ao prazo fixado para o corte e extração.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Penalidades por incumprimento**

1 – Penalidades por violação dos prazos contratuais:

- a) Se o adquirente não concluir os trabalhos de corte, extração do material lenhoso e a limpeza de todos os materiais sobrantes no prazo contratualmente estabelecido para o efeito, poder-lhe-á ser concedida prorrogação do prazo, podendo ficar sujeito a uma penalização diária de cinco por mil (5‰) do valor total da adjudicação, que poderá atingir 15% do valor total da adjudicação.
- b) Quando forem cortadas ou danificadas quaisquer árvores que não se encontrem marcadas para corte, cujo abate fosse evitável, o adjudicatário sofrerá uma penalização correspondente ao triplo do valor do material lenhoso em causa, calculado com base no preço obtido para a alienação, ficando o arvoredo pertença do instituto Politécnico de Viseu. Esta situação tem que ser avaliada por técnico afeto à Unidade Orgânica (U.O.) responsável pelo acompanhamento da alienação.
- c) Quando terminado o prazo para o corte e extração, o adquirente, por solicitação por escrito do técnico responsável pelo acompanhamento da alienação, não tenha corrigido as eventuais anomalias nos muros, caminhos, incluindo valetas e outros, tal como eles estavam à data do início das operações de exploração.

2- As penalidades previstas serão pagas no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva notificação para o efeito.

3- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Sigilo**

O adquirente garantirá o sigilo quanto a informações que o seu pessoal venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade alienante.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>****Casos fortuitos ou de força maior**

- 1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>****Cessão da posição contratual**

O adquirente não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade alienante.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>****Resolução do contrato**

As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>****Prevalência**

- 1 - Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos e a proposta do aquirente.
- 2 - Em caso de dúvidas, prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adquirente.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>****Cláusula Especial****Parte 1.<sup>a</sup>**

- 1 - A extração de todos os lotes deverá ter em consideração as medidas de protecção fitossanitária adequadas ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro, no âmbito da legislação fitossanitária em vigor, nomeadamente o Decreto - Lei n.º 243/2009 de 17 de dezembro, de acordo com os seguintes requisitos:
  - a) O material lenhoso proveniente do abate das árvores deverá ter como destino empresas registadas como operadores económicos e que procedam aos tratamentos previstos na legislação em vigor (ou, em alternativa, empresas registadas cujo processo de transformação garanta a ausência do NMP, como por exemplo, empresas de aglomerados, briquetes, peletes, pasta de papel, aproveitamento energético, etc.).
  - b) O transporte do material lenhoso para as unidades industriais durante o período de 2 de abril a 31 de outubro, só poderá ser efetuado se a madeira tiver diâmetros superiores a 20 cm. No período de 1 de novembro a 1 de abril, a circulação é livre desde que para destinos registados e que garantam o tratamento ou processamento até 1 de abril.
  - c) Os sobrantes resultantes do abate do material lenhoso deverão ser transformados em estilha, sendo que no período de 2 de abril a 31 de outubro terá que ter obrigatoriamente dimensões inferiores a 3 cm, podendo, assim permanecer no local ou circular livremente pelo território continental, excepto para a zona tampão.
  - d) A estilha com dimensões superiores a 3 cm não pode permanecer no local e deve:
  - i) No período de 2 de abril a 31 de outubro ser transportada em contentor ou camião



fechado para unidades industriais;

ii) No período de 1 de novembro a 1 de abril, o transporte poderá ser efectuado para unidades industriais registadas desde que garantam o processamento ou tratamento até 1 de abril;

iii) No período de 2 de abril a 31 de outubro, o material lenhoso em carregadouro tem que estar obrigatoriamente descascado ou sujeito, em alternativa, à aplicação de inseticida adequado e aplicado de acordo com as indicações da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);

iv) Os locais destinados a carregadouro deverão ser seleccionados de acordo com o parecer do técnico responsável pelo acompanhamento da alienação;

v) O inseticida autorizado, bem como as recomendações de utilização serão dados a conhecer por escrito ao responsável pela alienação;

vi) A aplicação do inseticida recomendado carece de comunicação prévia à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

### Parte 2.ª

Na eventualidade de deteção de sintomas provocados pelo NMP, não especificados na Cláusula Especial anterior, aplicar-se-á o que nele está contido.

Instituto Politécnico de Viseu, 17 de maio de 2013

O Presidente do Instituto Politécnico,

  
Prof. Fernando Lopes Rodrigues Sebastião